

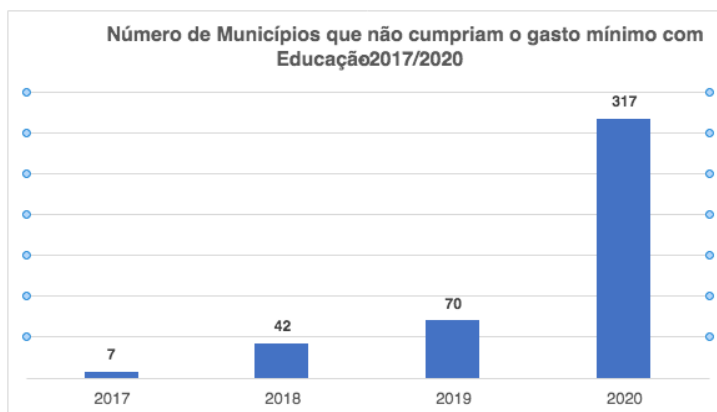


Nota Técnica

PEC 13/2021 garante R\$ 15 bilhões para Educação

Atualizada em 06/12/2021

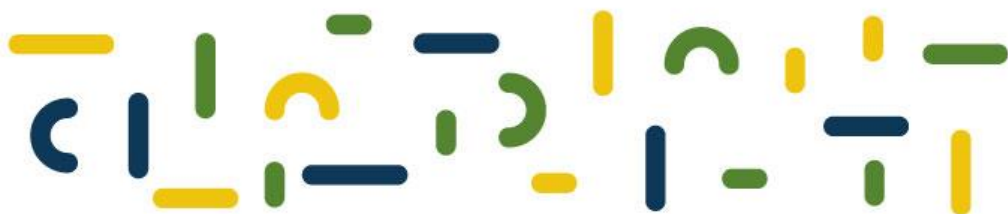
Os municípios historicamente aplicam mais que 25% em Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino (MDE). Apenas sete não atingiram o mínimo constitucional em 2017. Esse número saltou para 317, em 2020.



Elaboração: FNP
Fonte: Siope – atualizada em 25/10/2021

Até 3 de dezembro, **1.338 municípios registraram, no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope)**, suas aplicações no ensino acumuladas até o 5º bimestre de 2021. Nesse grupo, **83% dos municípios se encontram com a aplicação parcial abaixo dos 25%**. No mesmo período do ano passado, para essas mesmas cidades, apenas 36% se encontravam nessa situação. Desta forma, **se a proporção de 2020 se repetir, mais de 700 municípios não conseguirão aplicar os 25% em 2021**. No endereço https://www.fnnde.gov.br/fnde_sistemas/siope é possível verificar a situação de cada um desses municípios.

Destaca-se que a situação é ainda mais grave para os municípios mais populosos.



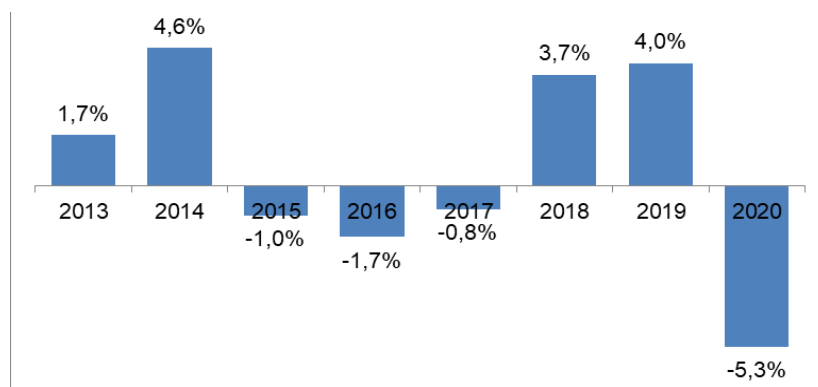
**Aplicação média nos municípios com MDE por faixa populacional
Resultado acumulado até o 5º Bimestre – comparativo entre 2020 e 2021**

Faixa populacional (em milhares de hab.)	2020	2021	Diferença
0-10	27,2	22,6	-4,6
10-20	26,8	20,9	-5,9
20-50	26,8	19,4	-7,4
50-100	25,7	18,9	-6,8
100-200	27,2	18,6	-8,6
200-400	23,2	18,7	-4,4
400+	22,6	17,8	-4,8
Média	26,60	22,04	-4,6

Elaboração: FNP
Fonte: Siope – atualizada em 3/12/21

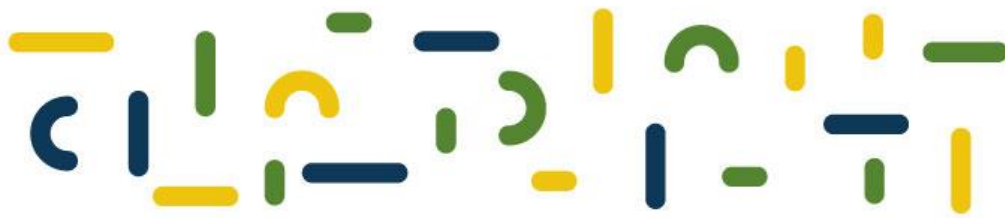
É importante notar que, como consequência da suspensão das aulas presenciais devido à pandemia, houve uma queda extraordinária das despesas com educação em 2020 em relação a 2019.

**Variação da despesa com educação
em relação ao ano anterior**



Elaboração: FNP / Aequus Consultoria
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

O cenário em 2021 se agravou por diversas razões, combinadas entre si. Um, a continuidade das **aulas remotas limitou** a execução de **despesas com pessoal e custeio**. Dois, os municípios têm enfrentado **dificuldades e obstáculos intransponíveis para a realização de investimentos**. E três, constata-se um **aumento extraordinário e não previsto de receitas**, reflexo,



entre outros, da retomada da atividade econômica, do processo inflacionário e da performance do setor imobiliário.

De 2016 a 2019 observa-se que para o conjunto dos municípios, as receitas executadas são ligeiramente inferiores às receitas previstas nos orçamentos locais. Em 2020, o resultado atípico de -7,1% deve-se aos reflexos da pandemia. Contudo, destaca-se que a **diferença entre o executado e o planejado para 2021 é absolutamente extraordinária**, podendo alcançar inéditos R\$ 48 bilhões, dos quais R\$ 12 bilhões deveriam ser destinados ao ensino.

Previsão e Realização da Receita Líquida de Impostos (RLI) dos Municípios em R\$ Bilhões - 2016/2021

Ano	Previsto	Realizado	Diferença %
2016	299,89	291,35	-2,9%
2017	313,53	304,75	-2,8%
2018	350,54	344,17	-1,8%
2019	378,69	377,80	-0,2%
2020	407,98	378,89	-7,1%
2021	392,96	441,00	12,2%

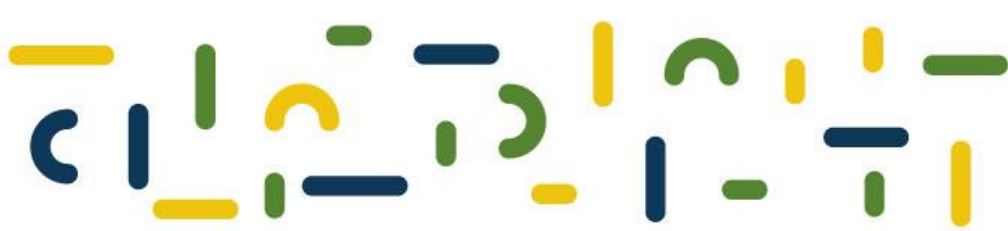
Elaboração própria. Fontes primárias: STN e IBGE.

Nota: o resultado realizado de 2021 foi projetado a partir do desempenho da receita até o 4º bimestre.

Essa diferença excepcional entre o planejado e o executado em 2021, deve-se ao comportamento das receitas acima do previsto. Destaca-se que **os orçamentos municipais deste ano, aprovados pelas respectivas casas legislativas, foram elaborados em meados de 2020**, quando o cenário pandêmico ainda inspirava elevada cautela em relação a retomada plena das atividades econômicas. Lembrando que nesse período as vacinas ainda eram apenas uma expectativa. Ou seja, **a diferença bilionária entre o planejado e o executado não se deve a uma coincidência de imprudências técnicas espalhadas pelo país, mas responde às condições objetivas que aquele momento ofereciam.**

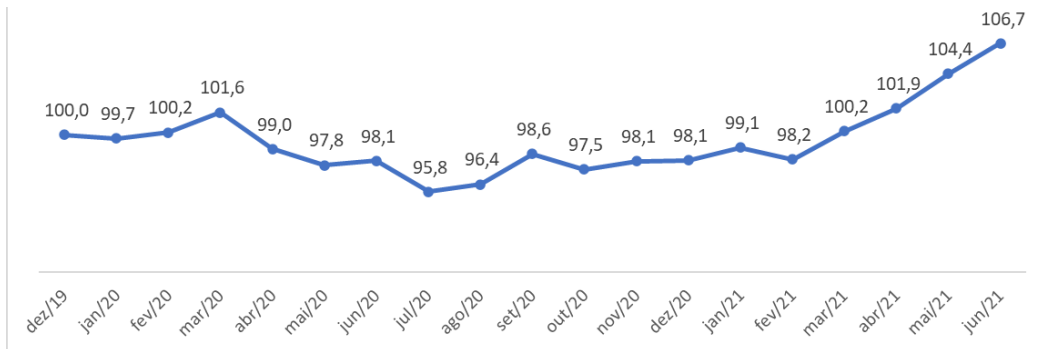
Por exemplo, o ICMS, ISS, FPM e ITBI que representam aproximadamente três quartos do total de receitas vinculadas à educação, cresceram excepcionalmente. O aumento dos preços dos combustíveis e da energia elétrica colaborou fortemente para o comportamento do ICMS. Alguns

Venâncio Shopping - Setor Comercial Sul (Acesso Norte - de frente para o Setor Hoteleiro), quadra 08, bloco B-50, sala 827 - Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.333-900
Fone: 61 3044-9800 - www.fnp.org.br - e-mail: secretaria@fnp.org.br



fatores adicionais como a elevação do preço internacional do petróleo, somado à desvalorização cambial e à crise hídrica, também impulsionaram sua aceleração.

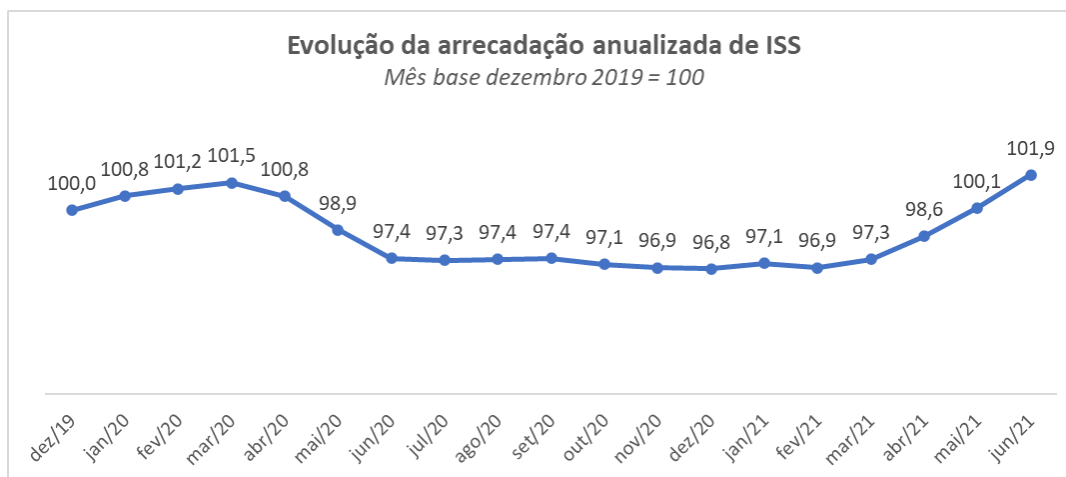
Evolução da arrecadação anualizada de ICMS Mês base dezembro de 2019 = 100



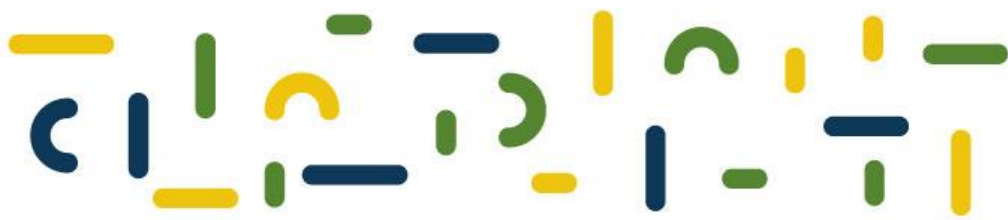
Elaboração: FNP / Aequus Consultoria
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

O Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), por sua vez, receita significativa para os municípios mais populosos, **registrou crescimento extraordinário de 67% no primeiro semestre de 2021**, diante do mesmo período de 2020. Por outro lado, a **arrecadação de ISS recuperou o patamar pré-pandemia no primeiro semestre de 2021**. A recuperação do setor de serviços ainda é heterogênea. No entanto, a **arrecadação** no primeiro semestre de 2021 **registra crescimento de 11,3%** com relação ao primeiro semestre de 2020.

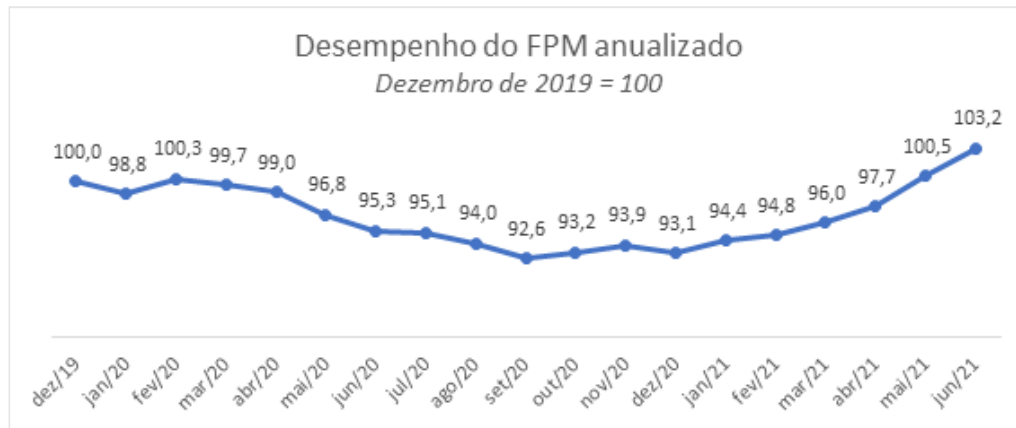
Evolução da arrecadação anualizada de ISS Mês base dezembro 2019 = 100



Elaboração: FNP / Aequus Consultoria
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)



A arrecadação com **FPM** apresenta padrão semelhante, com recuperação forte e não prevista no primeiro semestre de 2021. Neste período houve **expressivo crescimento de 22,4% da arrecadação frente ao primeiro semestre do ano passado.**



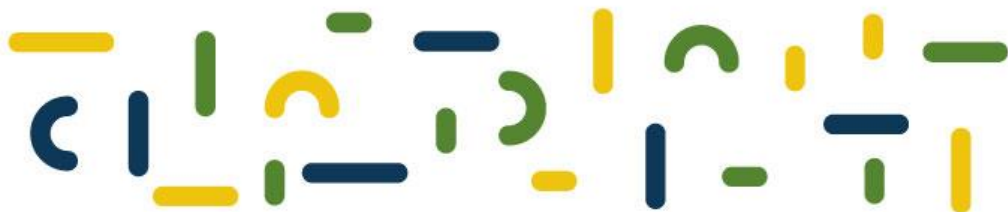
Elaboração: FNP / Aequus Consultoria
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Pelo lado das despesas, cabe destacar que as de **pessoal**, por exemplo, permanecem **limitadas pela LC 173/2020 que veda aumento de salário, contratação, reajustes e abonos.** As despesas de **custeio**, por sua vez, em 2021, continuam fortemente **afetadas pela interrupção dos serviços** de transporte escolar e a menor demanda por despesas com energia, água, limpeza e segurança, dentre outras.

Do ponto de vista dos **investimentos**, é preciso destacar que **apesar dos significativos avanços alcançados na infraestrutura das redes municipais, ainda há muito a ser feito** para garantir ambiente escolar apropriado e desejável, que disponha de recursos tecnológicos e pedagógicos essenciais para promover educação com qualidade.

Contudo, **investimentos públicos eficientes exigem planejamento multidisciplinar**, envolvendo diferentes áreas da gestão municipal, sejam para construção, ampliação ou reforma de unidades escolares, aquisição de terrenos, mobiliários e veículos, bem como de tecnologia. O planejamento público

Venâncio Shopping - Setor Comercial Sul (Acesso Norte - de frente para o Setor Hoteleiro), quadra 08, bloco B-50, sala 827 - Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.333-900
Fone: 61 3044-9800 - www.fnp.org.br - e-mail: secretaria@fnp.org.br



demanda tempo hábil para sua plena concepção e execução, sob pena de realização de gastos açodados, temerários, com insegurança jurídica e baixa qualidade.

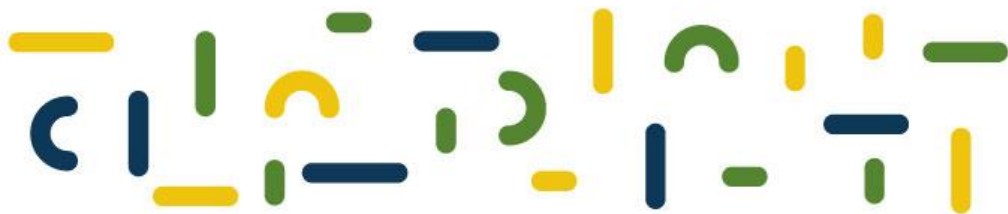
As **aquisições tecnológicas**, por exemplo, têm apresentado dificuldades de diversas ordens, como a frequente **indisponibilidade de equipamentos** em função da **baixa oferta do mercado mundial** - hoje, o mundo passa por uma severa crise na cadeia global de suprimentos, conforme amplamente divulgado pela imprensa.

Desnecessário detalhar a respeito da dedicação quase que exclusiva de governantes e gestores municipais no enfrentamento da pandemia, especialmente no primeiro semestre deste ano. Desafio ainda maior em função da troca de mandatos municipais.

Cabe destacar que o **investimento por aluno acumulado até o final do quarto bimestre aumentou significativamente entre 2020 e 2021, saltando de R\$ 4.494,48 para R\$ 5.025,50. Ou seja, houve incremento no investimento absoluto dos municípios em educação de um ano para o outro.**

O texto da PEC 13/2021 **aprovado pelo Senado Federal, com aprimoramentos em relação à proposta inicial e com a rejeição de emendas que poderiam ferir o sistema de vinculação constitucional, tem caráter excepcional e determinado apenas para 2020 e 2021. O texto não implica, portanto, em qualquer alteração permanente.**

A PEC garante aplicação na Educação até 2023 de todos os recursos eventualmente não investidos em 2020 e 2021 para cumprir o mínimo constitucional. Ou seja, amplia o prazo para o investimento no ensino, afasta sanções, assegura bilhões de reais para a educação contribuindo para a volta das aulas presenciais.



Para estimar esse valor, destaca-se que 317 municípios deixaram de aplicar cerca de R\$ 1 bilhão em 2020. Já em 2021, dados parciais informados até o final do terceiro bimestre, indicam que cerca de R\$ 14 bilhões estavam pendentes de aplicação no ensino. **Assim, com a PEC aprovada, para além dos recursos ordinários vinculados de 2022 e 2023, serão assegurados cerca de R\$ 15 bilhões para investimentos em manutenção e desenvolvimento no ensino com qualidade. Caso não seja aprovada, esses recursos não estarão com destinação vinculada e obrigatória para a Educação, e serão disputados por outras áreas essenciais como saúde, transporte público, assistência social e habitação.**

Os municípios que não cumprem os 25% são penalizados com diversas restrições como a suspensão de convênios, impedimento de contratar empréstimos e financiamentos, recebimento de auxílios, subvenções, transferências voluntárias e/ou contribuições da União e dos Estados, prejudicando a vida das pessoas.

Por todo o exposto, a FNP defende a aprovação pela Câmara dos Deputados da PEC 13/2021 nos mesmos termos do Senado Federal, evitando-se o retorno da matéria para a casa inicial, garantindo aos cidadãos a plena execução desses recursos exclusivamente em educação, com qualidade, até 2023.

Frente Nacional de Prefeitos